



GT 016. Antropologia das práticas juvenis

João Batista de Menezes Bittencourt (UFAL) - Coordenador/a, Marco Aurélio Paz Tella (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a

O presente GT tem como objetivo reunir trabalhos resultantes de pesquisas em conclusão ou andamento, e que tenham como foco privilegiado de investigação as práticas juvenis em suas mais diversas expressões. Mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas no ocidente, especialmente na segunda metade do século XX, produziram alterações significativas nas subjetividades juvenis, promovendo mudanças no conjunto das experiências que por muito tempo definiram os sentidos de "ser jovem" e "ser adulto". Atualmente, as pesquisas antropológicas têm lançado mão de diferentes abordagens teóricas e metodológicas para a compreensão das práticas juvenis, onde se destacam a influência das teorias da agência, dos estudos sobre performativity, das abordagens disposicionalistas, como também de uma releitura dos cultural studies. Desse modo, fazer uma antropologia das práticas juvenis em nosso atual contexto, trata-se não apenas estar atento às mudanças nos repertórios de sentidos acionados pelos/as jovens, como também se abrir para possibilidades interpretativas advindas de outros campos do saber. Serão aceitos para o debate nesse grupo de trabalho, pesquisas, especialmente etnografias, que se dediquem ao estudo das práticas juvenis a partir de diferentes temas, tais como: sociabilidades e territorialidades; gênero, sexualidade e relações étnico-raciais; educação, trabalho e profissionalização; arte e performativity; entre outros.

Resistir no campo: etnografia das performances políticas de jovens indígenas e sem-terra no Paraná.

Autoria: Fernanda Marcon

A presente proposta trata do desenvolvimento inicial de um projeto de pesquisa vinculado ao grupo de pesquisa "Antropologia, Jovens e Juventude", da Universidade Federal da Fronteira Sul. O projeto objetiva a realização de uma etnografia a respeito das performances políticas de jovens indígenas e sem-terra no Paraná, buscando compreender a relação estabelecida por estes jovens a partir do vínculo com o contexto do campo, na luta por demarcação de territórios, acesso à terra e permanência no campo. Através da experiência como docente no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas da UFFS, campus Laranjeiras do Sul-PR, observou-se a articulação política de jovens do curso em torno da luta por reconhecimento da educação do campo, tanto pela universidade quanto pelo governo estadual e municipal, além de questões e demandas relacionadas aos movimentos sociais a que se vinculam, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e movimentos indígenas com diferentes demandas, como demarcação de territórios e acesso à saúde e educação. Assim, pretende-se realizar a pesquisa de campo nos espaços em que desenvolvem-se as práticas políticas destes jovens de modo a compreender como se dá a articulação de suas demandas e quais as estratégias performativas de que lançam mão para a expressão das mesmas, observando, sobretudo, a intersecção de visões de mundo e modos de participar politicamente destes jovens do campo. A etnografia irá basear-se na observação de campo, realização de entrevistas com jovens que se autodeclarem como indígenas e jovens integrantes de movimentos sociais do campo, como o MST e o MPA, além de registros audiovisuais. Parte-se da concepção de que a etnografia constrói o campo de pesquisa a partir das experiências de seus interlocutores e não os delimita a espaços pré-determinados, seja a aldeia, o acampamento ou o assentamento. Tampouco limita-se ao espaço universitário, embora o conceba como um ponto de partida para a investigação. Entende-se que as práticas políticas não estão encerradas em espaços definidos, especialmente os espaços públicos, tradicionalmente entendidos como a esfera por excelência dos



debates, das mobilizações e tomada de decisões. Em outras palavras, pretende-se observar as diferentes formas de fazer e perceber subjetivamente a política entre jovens indígenas e sem-terra no Paraná, particularmente entre os estudantes da UFFS. A pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais ampla sobre a participação política dos jovens do campo, levando em conta sua diversidade de experiências sociais e culturais.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**